

**AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO
INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE DOUTORADO(A) AO
ABRIGO DO ARTIGO 23º DO DECRETO-LEI Nº 57/2016, DE 29 DE
AGOSTO, NA REDAÇÃO QUE LHE FOI CONFERIDA PELA LEI Nº 57/2017,
DE 19 DE JULHO.**

1. Em reunião da Direção do Exploratório - Centro Ciência Viva de Coimbra realizada no dia 5 de junho de 2018, foi deliberado abrir concurso de seleção internacional para um lugar de doutorado(a) para o exercício de atividades de Comunicação e Gestão de Ciência e Tecnologia na área científica de Educação -Didática e Formação, em regime de contrato de trabalho a termo incerto ao abrigo do Código do [Trabalho](#), com vista a:

- a)** desenvolver e colaborar em programas de atividades e projetos de promoção da cultura científica e tecnológica no Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra, relacionados com a sua área de formação;
- b)** colaborar na programação e produção de conteúdos educativos e científicos para as atividades do Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra;
desenvolver e implementar programas de atividades especialmente pensados para o público escolar tendo em conta as diferentes faixas etárias e níveis de ensino;
- c)** coordenar, gerir e formar equipas para o desenvolvimento de atividades de promoção e divulgação da ciência em contextos de educação não formal;
- d)** criar e promover parcerias entre as comunidades educativas, a comunidade científica e as autarquias, sobretudo da região centro do país, para o desenvolvimento de programas de educação e de promoção da cultura científicas;
- e)** desenvolver e coordenar projetos, nacionais e internacionais, na sua área de formação.

2. Legislação aplicável: Decreto nº 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei nº 57/2017 de 19 de julho, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC), Decreto Regulamentar nº 11-A/2017 de 29 de dezembro e Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação atual.

3. O concurso é aberto ao abrigo do nº 1 do artigo 23º do RJEC para o desempenho de funções desempenhadas por bolseiro(a) doutorado(a) que cumpra os requisitos de elegibilidade no mesmo estabelecidos, tendo em consideração a Bolsa com a referência SFRH/BPD/87983/2012.

4. Em conformidade com o artigo 13º do RJEC o júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Paulo Renato Pereira Trincão, Investigador-Coordenador do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra com Agregação em Comunicação

e Divulgação de Ciência e Presidente da Direção do Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra.

1º Vogal: Carlos Manuel Marques Palmeira, Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

2º Vogal: Amadeu Mortágua Velho da Maia Soares, Professor Catedrático do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro.

5. O local de trabalho situa-se no Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra, Rotunda das Lages, Parque Verde do Mondego, 3040 – 255 Coimbra.

6. A remuneração mensal a atribuir é a prevista no nº 1 do artigo 15º do RJEC e no artigo 5º do Decreto Regulamentar nº 11-A/2017 de 29 de dezembro, tendo o nível remuneratório inicial a aplicar tem como referência o nível 33 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, 31 de dezembro, sem prejuízo do disposto no nº 3 do mesmo artigo.

7. Ao concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de doutor(a) em Educação - Didática e Formação e detentores(as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no Decreto-Lei nº 341/2007, de 12 de outubro, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data do termo do prazo para a candidatura.

8. São requisitos de admissão a concurso os definidos no ponto anterior, devendo o currículo científico e profissional dos candidatos evidenciar o seguinte perfil:

- a)** experiência comprovada na gestão e coordenação de projetos na área da educação e da comunicação de ciência;
- b)** experiência mínima de cinco anos no desenvolvimento de programas de atividades de promoção e divulgação de ciência para diferentes públicos, com particular incidência para o público escolar;
- c)** experiência no desenvolvimento de conteúdos educativos e científicos, em diferentes contextos de promoção da cultura científica;
- d)** experiência no desenvolvimento de projetos em contextos de educação formal e não formal;
- e)** domínio da língua inglesa falada e escrita.

Será dada preferência a candidatos com:

- Formação académica na área da comunicação de ciência.

9. Nos termos do artigo 5º do RJECE a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos.

10. A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade:

- a)** da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato;
- b)** das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato;
- c)** das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato;
- d)** das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro.

11. O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do candidato, quando fundamentado em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parentalidade, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas.

12. Critérios e metodologias de avaliação: Nos termos do artigo 5º do RJECE a seleção do doutorado(a) a contratar será feita de acordo com os seguintes critérios e metodologia de avaliação, que decorrerá em duas fases:

12.1. Primeira fase: Avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos, incidindo sobre a relevância, qualidade, atualidade e adequabilidade deste percurso às funções a desempenhar, de acordo com os seguintes fatores de avaliação e ponderação:

- a)** programas de atividades e conteúdos educativos dirigidos a diferentes públicos, nomeadamente ao público escolar, concebidos e desenvolvidos pelo candidato nos últimos 5 anos: Ponderação 35%
- b)** atividades de coordenação e gestão de projetos e de equipas desenvolvidos na área da Comunicação e Educação em Ciência nos últimos cinco anos. Ponderação: 30%
- c)** atividades de comunicação de ciência, de formação e de disseminação de boas práticas realizadas pelo candidato nos últimos 5 anos. Ponderação: 20%
- d)** projetos em parceria com instituições nacionais e internacionais para o desenvolvimento de programas educativos e de promoção da cultura científica. Ponderação: 15%

12.1.1. Escala de pontuação: Na avaliação do percurso científico e curricular, cada membro do júri de seleção valoriza, numa escala de 1 a 5, cada fator de avaliação para cada candidato admitido, tendo em conta as funções a desempenhar, elaborando subsequentemente a lista ordenada dos candidatos com a respetiva classificação, relativa à primeira fase de avaliação.

12.1.2. Apenas os candidatos classificados nos três primeiros lugares na primeira fase de avaliação serão convocados para a realização de entrevista, a realizar na segunda fase de avaliação. A convocação será realizada por meio de correio eletrónico, com recibo de entrega de notificação, e expedida com a antecedência mínima de cinco dias úteis.

12.2. Segunda fase: Avaliação através de entrevista, que se destina exclusivamente à clarificação de aspetos relacionados com os resultados da investigação e da atividade desenvolvida na área disciplinar do procedimento concursal, tendo em conta os requisitos específicos a avaliar a competência do candidato(a) para exercer as funções a desempenhar. Os membros do júri devem, também, ter em consideração a capacidade de comunicação oral e a fluência na língua inglesa.

12.2.1. Escala de pontuação: Na avaliação da entrevista, cada membro do júri de seleção valoriza, numa escala de 1 a 5, o resultado da aplicação deste método de seleção para cada candidato admitido.

12.2.2. Serão excluídos da candidatura os candidatos que não compareçam à entrevista, salvo em caso de absoluta impossibilidade de comparência, devido a motivo de doença, devidamente comprovada e justificada, a comunicar ao Presidente do Júri logo que possível e no prazo máximo de cinco dias úteis desde a verificação da situação de impossibilidade.

12.3. Métodos de avaliação: A avaliação final da primeira fase, será efetuada unicamente de acordo com o critério de avaliação do percurso científico e curricular dos Candidatos; A avaliação final da segunda fase, será efetuada de acordo com a avaliação do percurso científico e curricular dos Candidatos efetuada na primeira fase, e com a avaliação da entrevista, com a ponderação de, respetivamente, 90% e 10% resultando numa pontuação final atribuída por cada elemento do júri a cada candidato. Cada elemento do júri deverá apresentar a fundamentação, de facto e de direito, das classificações atribuídas.

13. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 1 a 5 valores, com

valoração até às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, aplicável em cada fase. Em caso de igualdade de classificação, na segunda fase, o critério de desempate a adotar será a classificação obtida no método de seleção avaliação do percurso científico e curricular.

14. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções.

15. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

16. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

17. A deliberação final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição a quem compete também decidir da contratação.

18. Formalização das candidaturas:

18.1. As candidaturas são formalizadas mediante envio de carta de apresentação do(a) candidato(a) dirigido ao Presidente da Direção do Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra, onde conste a identificação deste aviso, nome completo, filiação, número e data do bilhete de identidade, do Cartão de Cidadão ou número de identificação civil, número de identificação fiscal, data e localidade de nascimento, estado civil, profissão, residência e endereço de contacto, incluindo endereço eletrónico e contacto telefónico e a referência do concurso a que se candidata – Exploratório 2.

18.2 A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas no ponto 7 e 8 para admissão a este concurso, nomeadamente:

- a)** cópia de certificado ou diploma;
- b)** tese de doutoramento;
- c)** curriculum vitae detalhado, e estruturado de acordo com os itens dos pontos 10 e 12 do presente Aviso;
- d)** outros documentos relevantes para a avaliação da habilitação em área científica aplicável;
- e)** outros documentos que demonstrem o exigido nos pontos 10 e 12.1. e, se aplicável, no ponto 11 do presente Aviso.

18.3. Os candidatos apresentam os seus documentos comprovativos, de preferência em suporte digital, em formato de PDF, para o endereço de correio eletrónico geral@exploratorio.pt, indicando a referência do concurso a que se candidatam. Em alternativa os documentos poderão ser entregues presencialmente na Rotunda das Lages, Parque Verde do Mondego, 3040 – 255 Coimbra, indicando a referência a que se candidata, durante o horário de expediente, ou por via postal, em correio registado, com aviso de receção, expedido até ao último dia do prazo de abertura do concurso, o qual se fixa em 30 dias úteis após publicação deste Aviso nos sítios da internet do Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra, www.exploratorio.pt, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, e em jornal de circulação nacional.

19. São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

20. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

21. A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações sitas em Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra, Rotunda da Lages, Parque Verde do Mondego, 3040 – 255 Coimbra e publicitadas na página eletrónica www.exploratorio.pt, sendo os candidatos notificados por e-mail com recibo de entrega da notificação.

22. Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final: Nos termos do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo, após notificação das decisões no âmbito do presente procedimento, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar sobre as mesmas, ao abrigo do direito de audiência prévia. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

23. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

24. Política de não discriminação e de igualdade de acesso: O Exploratório – Centro Ciência Viva de Coimbra promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) pode ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento(a) de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica,

instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

25. O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 16 de agosto de 2018.

26. Nos termos do Decreto Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o(a) candidato(a) com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

27. Data de publicação do presente aviso: 21 de agosto de 2018.